

MENU

[G1](#)

[Jornal Hoje](#)

---

BUSCAR

MENU

[G1](#)

[Jornal Hoje](#)

---

BUSCAR

---

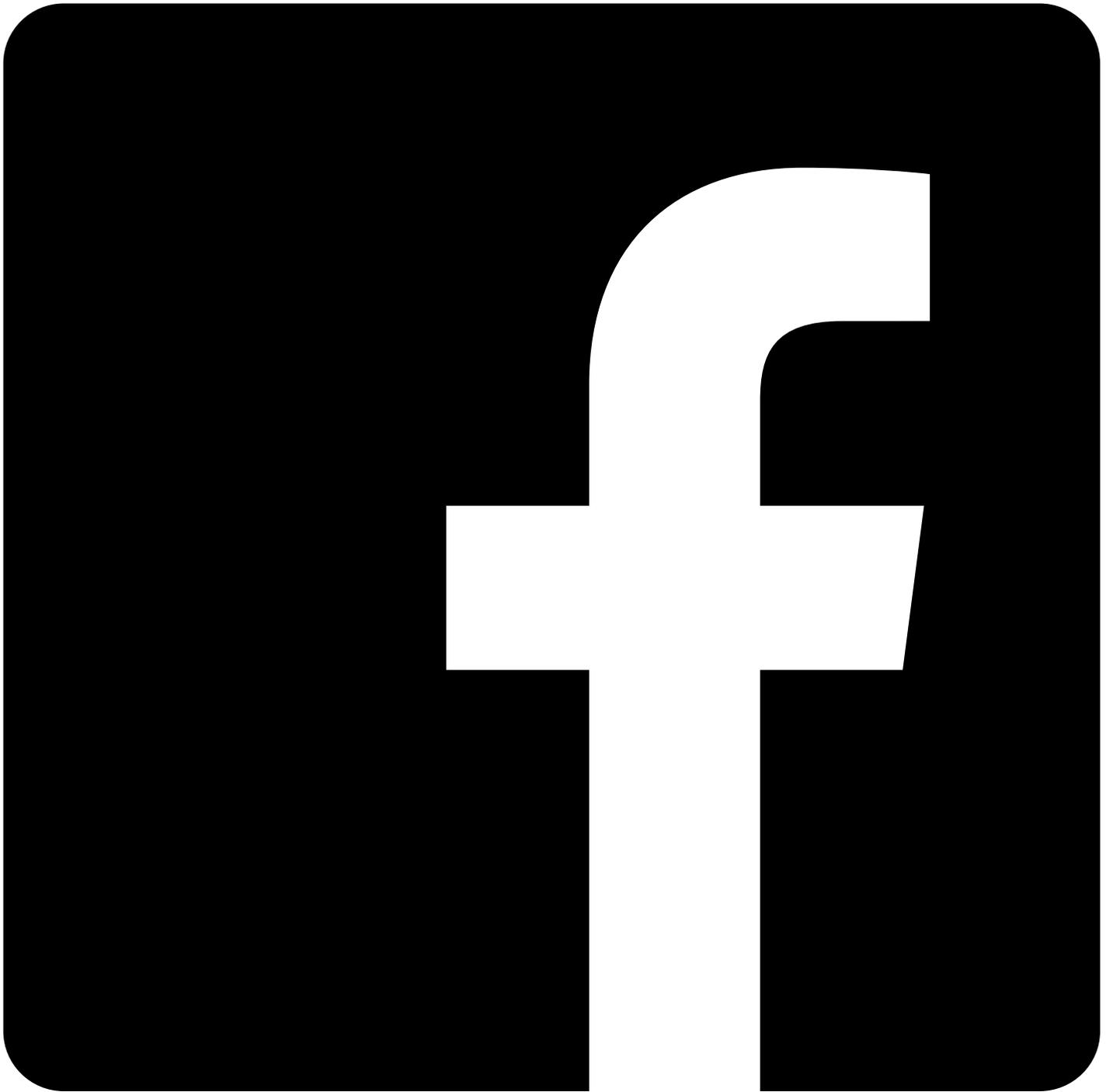
Edição do dia 12/07/2017

12/07/2017 15h43 - Atualizado em 12/07/2017 15h43

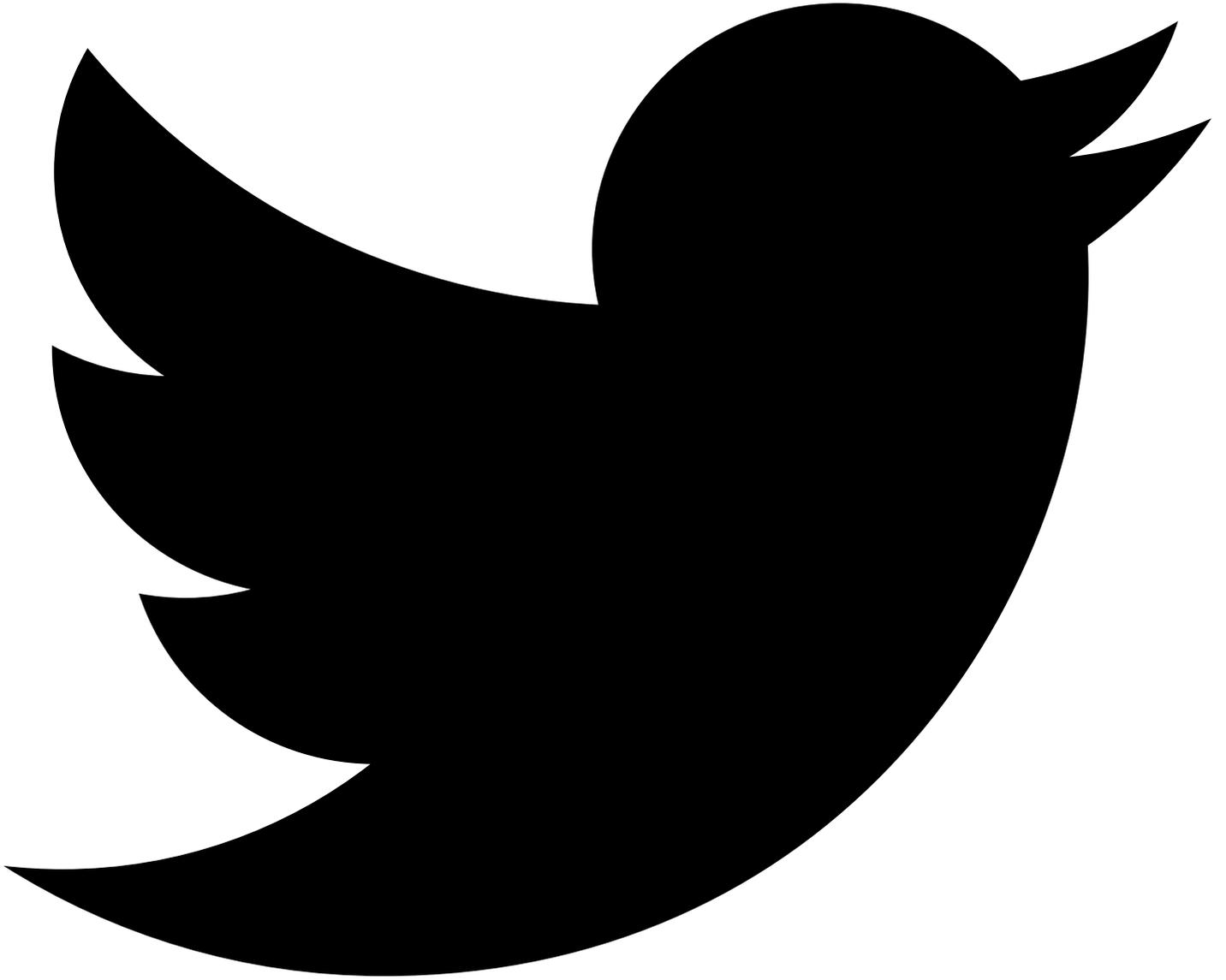
## **Ambientalistas temem a regularização da ocupação de terras na Amazônia**

**Medida Provisória foi assinada pelo presidente Michel Temer. A preocupação é sobre o estímulo a grilagem.**

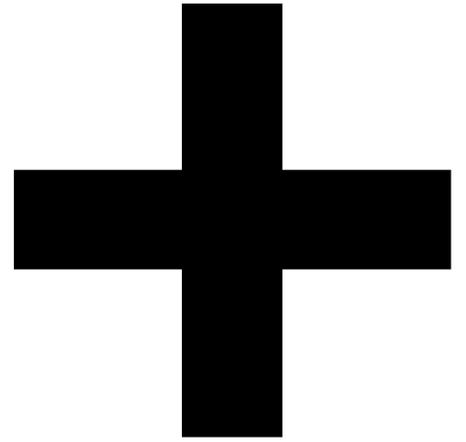
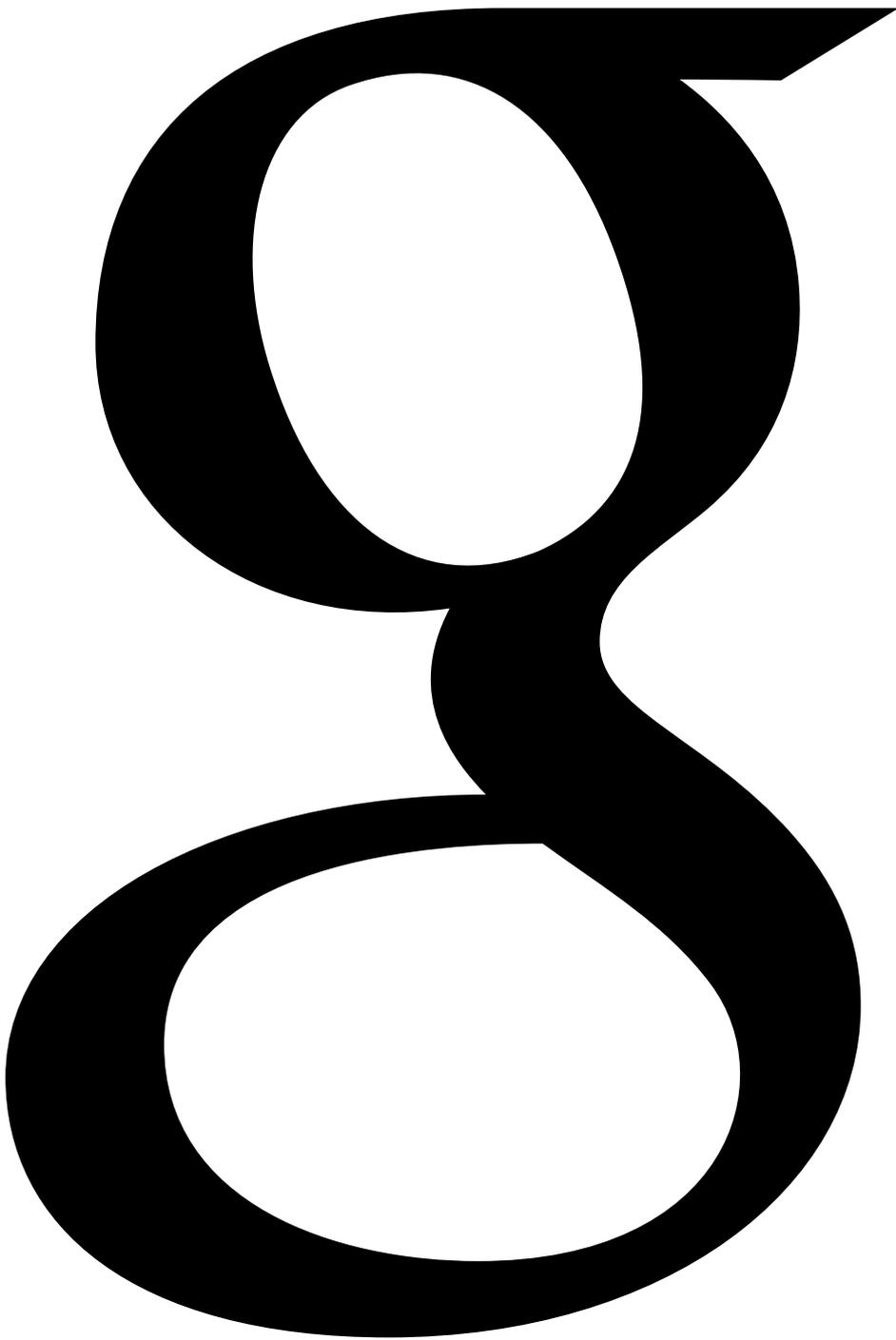
Fabiano Vilela



[Facebook](#)



[Twitter](https://twitter.com)



[Google+](#)



[Pinterest](#)

O presidente Michel Temer assinou na terça-feira (11) a medida provisória que regulariza a ocupação de terras na Amazônia. O Ministério Público Federal e ambientalistas temem que a nova lei acabe estimulando a grilagem.

O governo federal diz que a nova lei vai acelerar a emissão de 750 mil títulos de terra, permitindo que trabalhadores do campo tenham acesso à crédito rural e outros benefícios. Diz também que a lei prevê uma seleção mais rigorosa no programa de reforma agrária. No ano passado, o Tribunal de Contas da União suspendeu a criação de novos assentamentos depois de identificar milhares de lotes de terra em nomes de políticos e empresários.

Mas alguns pontos da lei, que tratam da venda de terras públicas na Amazônia foram duramente criticados.

A área total do lote que poderá ser legalizada aumentou de 1500 para 2500 hectares. Quem ocupou terras ilegalmente até 2011 poderá ser beneficiado - antes o governo só poderia regularizar ocupações até 2004. A nova lei também permite a compra de grandes áreas ocupadas por até 50% do valor mínimo da tabela do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Por exemplo: pela tabela oficial, uma pessoa que invadiu 2500 hectares de mata em Paragominas, no sudeste do Pará, poderia comprar as terras públicas por R\$ 557 mil. Segundo o Imazon, a preço de mercado, os mesmos 2500 hectares valem hoje quase R\$24 milhões.

Ambientalistas e o Ministério Público Federal dizem que essas medidas podem beneficiar grileiros na Amazônia. São criminosos que geralmente invadem grandes áreas públicas de florestas para desmatar e faturar milhões de reais com a venda ilegal dos lotes.

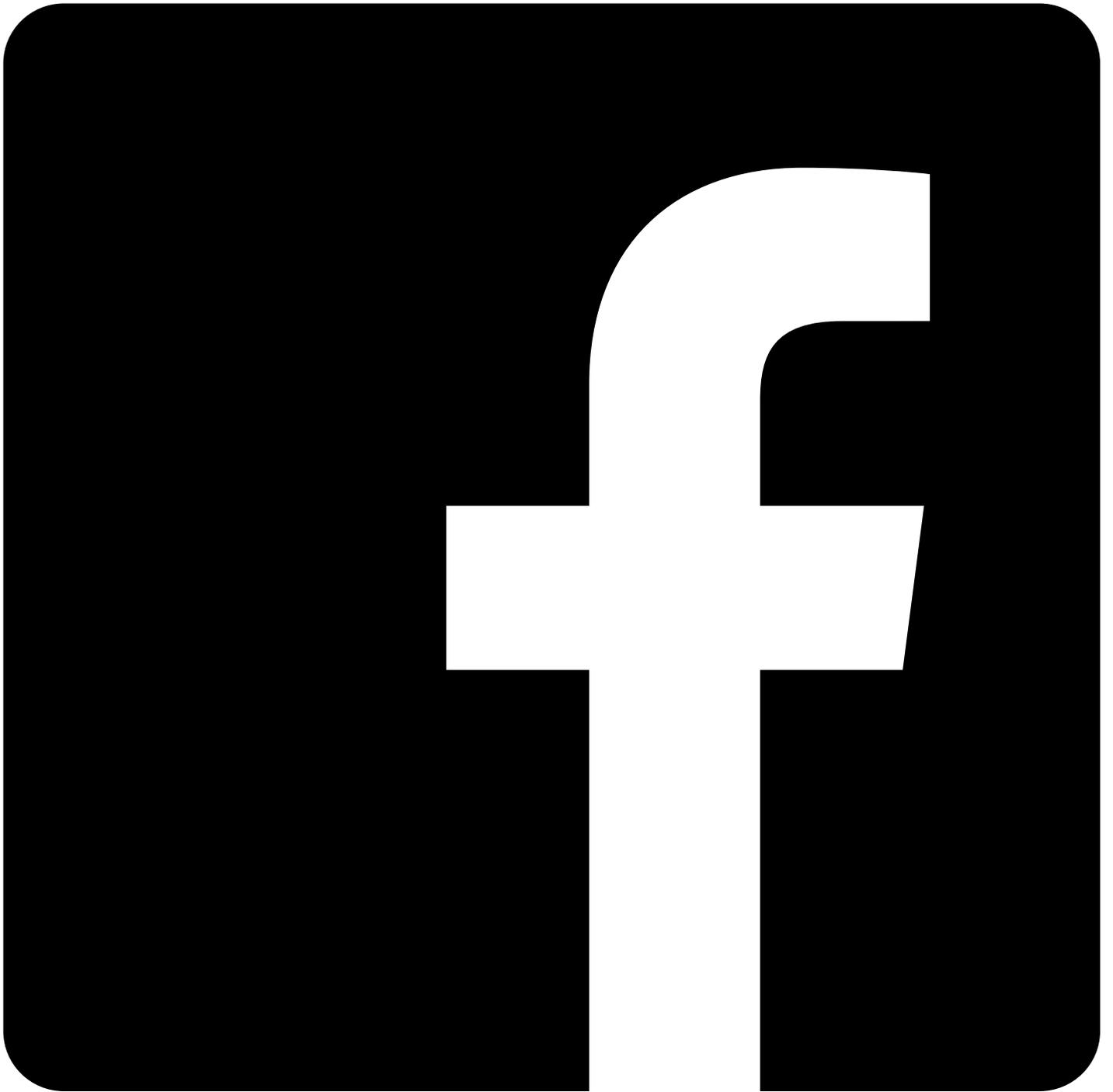
“O que o governo manda hoje é uma mensagem de que invadir a terra pública é lucrativo e acaba também estimulando futuras invasões”, diz Brenda Britto, analista do Imazon.

“A política é exatamente o que garante combate ao desmatamento irregular e grilagem com destinação correta. Não há esse princípio de que basta ocupar terra pública que vai ser regularizada”, diz José Dumont, secretário especial de agricultura familiar e desenvolvimento agrário.

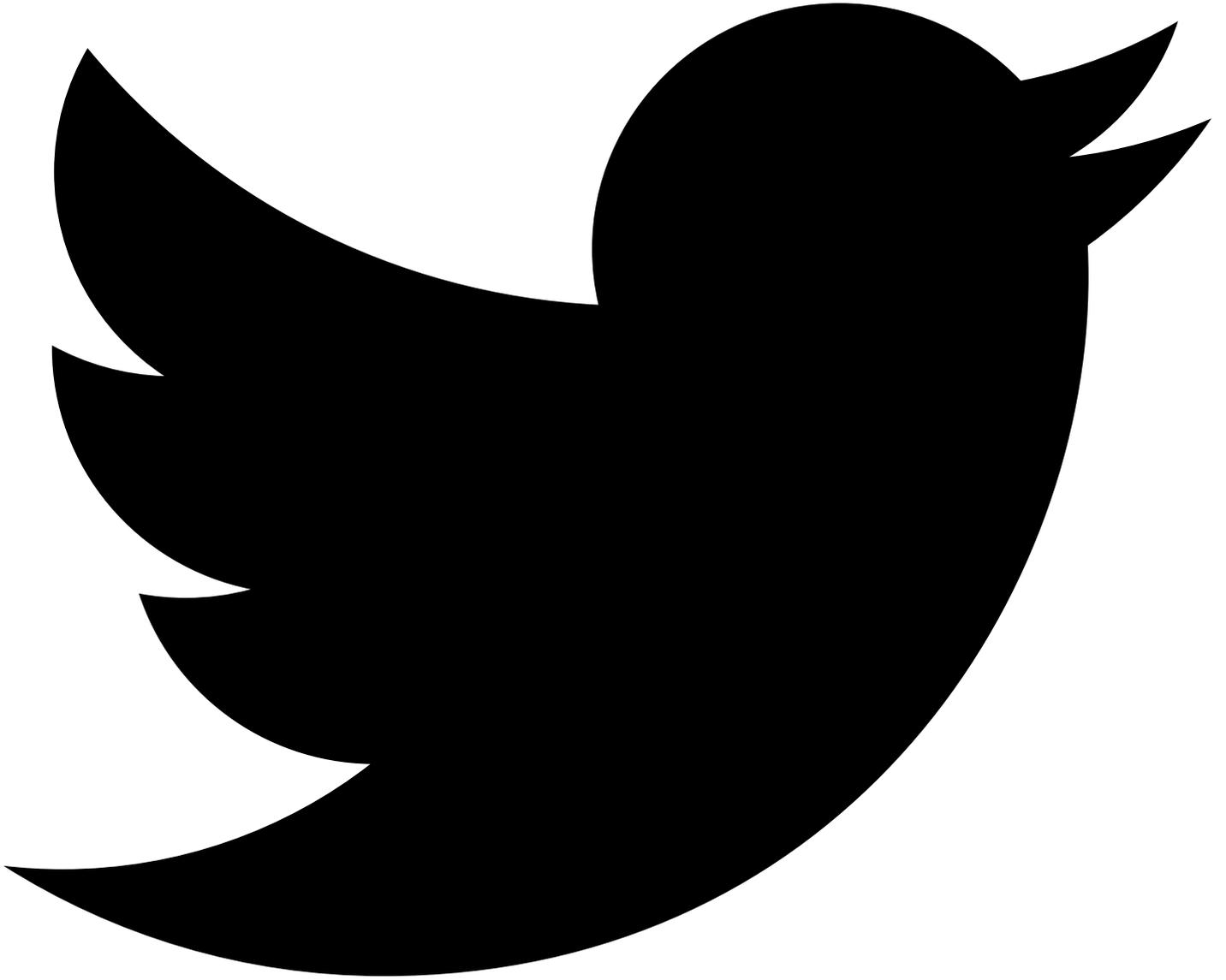
O Ministério Público Federal discorda. “Ao permitir que grandes áreas sejam regularizadas a aproximadamente um trigésimo do valor do mercado vai provocar crescimento agressivo no mercado de terras e um crescimento agressivo dos conflitos fundiários que nós temos atualmente.”

#### **saiba mais**

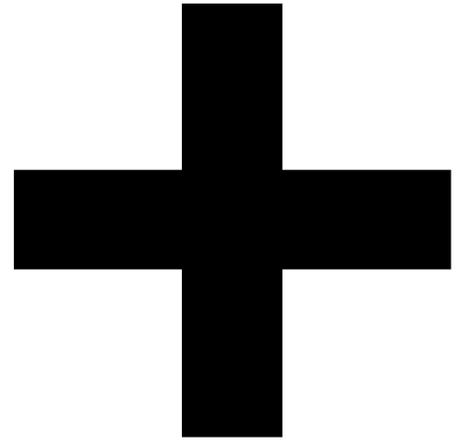
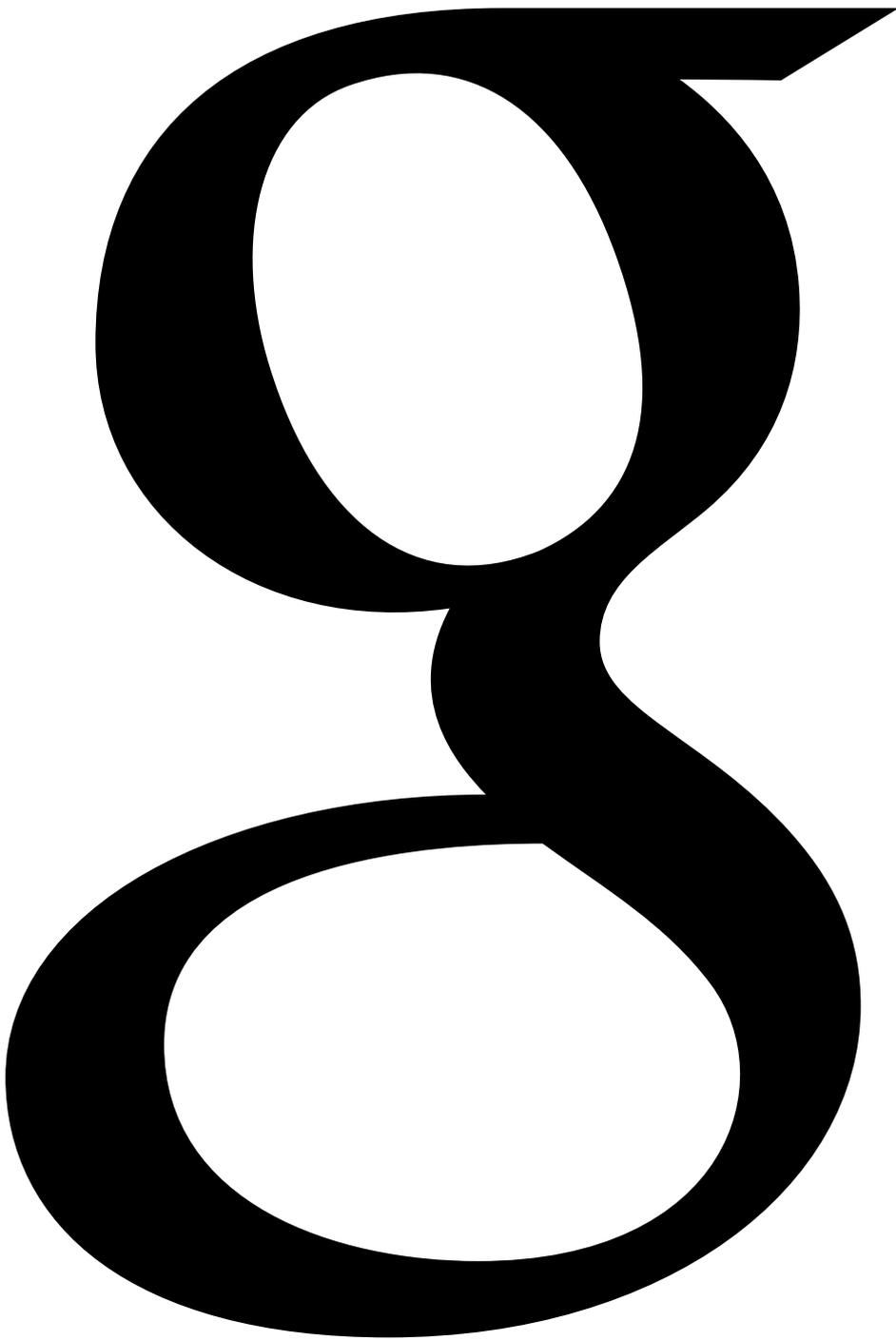
- [Veja outras reportagens desta edição](#)



[Facebook](#)



[Twitter](https://twitter.com)



[Google+](#)



[Pinterest](#)

Link

Seja o primeiro a comentar

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os [termos de uso](#), denuncie. Leia as [perguntas mais frequentes](#) para saber o que é impróprio ou ilegal.

